

CADERNOS DE COOPERAÇÃO



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

25
ANOS COOPERAÇÃO

Publicação semestral • n.º 7 • ano IV • outubro 2015

Editorial

Nesta edição dos *Cadernos de Cooperação*, a última do ano em que o Banco de Portugal comemora os 25 anos de cooperação estruturada em parceria com outros bancos centrais, nomeadamente os seus homólogos dos Países de Língua Portuguesa, o artigo de fundo apresentado analisa o modelo de cooperação técnica do Banco.

Este artigo visa contribuir para a avaliação da atividade de cooperação técnica entre bancos centrais, tendo por base a experiência do Banco de Portugal, procurando identificar as melhores práticas no Eurosistema, universo em que o Banco se insere.

O n.º 7 dos *Cadernos de Cooperação* encontra-se, como nas restantes edições, dividido em três partes. Para além do artigo já referido, incluído na última parte, a primeira estabelece um breve retrato da conjuntura macroeconómica dos PALOP e de Timor-Leste. A segunda apresenta as ações de cooperação realizadas de janeiro até setembro do presente ano entre o Banco de Portugal e os seus congéneres

dos países emergentes e em desenvolvimento, de onde se destacam os bancos centrais dos Países de Língua Portuguesa.

Neste ano especial, o Banco de Portugal prosseguiu o propósito de reforçar a comunicação sobre as suas relações com outros bancos centrais publicando, entre várias outras iniciativas destinadas a assinalar essa efeméride e adicionalmente às habituais edições dos *Cadernos de Cooperação*, o livro *25 Anos de Cooperação entre Bancos Centrais*, disponível em www.bportugal.pt e www.bcplp.org.

Índice

Editorial | 1

Conjuntura macroeconómica dos PALOP e de Timor-Leste | 2

Angola | 2

Cabo Verde | 2

Guiné-Bissau | 2

Moçambique | 3

S. Tomé e Príncipe | 3

Timor-Leste | 3

Ações de cooperação desenvolvidas pelo Banco de Portugal | 4

Artigo:

A cooperação técnica do Banco de Portugal | 6

Conjuntura macroeconómica dos PALOP e de Timor-Leste

Angola

A acentuada queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, iniciada na segunda metade de 2014, fez-se sentir duramente na economia angolana. Nesse ano, o ritmo de expansão da atividade interrompeu o crescimento evidenciado desde 2009, devendo abrandar ainda mais significativamente em 2015. Pela segunda vez na última década, a economia apresentou défices gémeos, um reflexo da preponderância das receitas petrolíferas no equilíbrio das contas públicas e externas. Perante estas adversidades, o kwanza depreciou, provocando pressões inflacionistas que interromperam o processo de desinflação iniciado em meados de 2011.

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	5,2	6,8	4,4	3,5
Inflação (t.v.a. homóloga)	9,0	7,7	7,5	9,0
Massa monetária (t.v.a.)	5,7	13,2	16,2	-
Balança corrente (% PIB)	12,2	6,7	-2,9	-17,6
Saldo orçamental (% PIB)	6,7	0,3	-2,8	-6,8
Dívida pública externa (% PIB)	19,9	22,7	28,1	36,1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

Cabo Verde

O crescimento económico em Cabo Verde em 2014 foi condicionado pela fraca recuperação económica na Europa e pelo efeito indireto do surto de Ébola no continente africano. A consequente redução das receitas brutas do turismo conduziu à degradação da conta corrente externa. Contudo, a reanimação do IDE, o reembolso de empréstimos bancários ao exterior e os desembolsos de empréstimos públicos externos permitiram o reforço das reservas cambiais. Na ausência de pressões inflacionistas, foi possível ao BCV manter uma política monetária acomodatória, procurando promover o crédito à economia. A limitada dinâmica da atividade económica afetou as receitas públicas, obrigando a nova contenção no programa de investimento para sustentar as necessidades de financiamento do Estado, ainda que não impedindo nova subida da dívida pública.

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	1,1	1,0	1,8	3,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	4,1	0,1	-0,4	2,0
Massa monetária (t.v.a.)	6,0	11,0	7,3	3,8
Balança corrente (% PIB)	-13,3	-4,5	-7,8	-9,3
Reservas oficiais (meses de imp.)	3,8	4,8	5,5	5,1
Saldo orçamental (% PIB)	-10,3	-9,4	-7,3	-8,6
Dívida pública (% PIB)	91,1	101,6	114,2	-

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Planeamento, INE (Cabo Verde) e Fundo Monetário Internacional.

Guiné-Bissau

A tomada de posse de um governo legitimado por sufrágio e com amplo apoio popular contribuiu decisivamente para a melhoria das condições económicas em 2014. Com um otimismo reforçado pelos desenvolvimentos políticos, os doadores tradicionais retomaram o apoio ao país, o que contribuiu para a melhoria das contas externas. Do lado das finanças públicas assistiu-se a um ligeiro agravamento do défice, explicado em parte pela ocorrência de despesas com carácter extraordinário (gastos com as eleições). A economia entrou em deflação na primeira metade do ano mas o início de 2015 parece indiciar uma inversão nessa tendência. O regresso da instabilidade política neste verão aconselha prudência na leitura das projeções para 2015.

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	-2,2	0,9	2,9	4,7
Inflação (t.v.a. homóloga)	1,7	-0,1	-0,1	2,0
Massa monetária (t.v.a.)	-6,0	14,8	31,0	10,9
Balança corrente (% PIB)	-7,8	-4,5	-1,8	-1,6
Saldo orçamental (% PIB)	-2,1	-1,6	-2,0	-2,2
Dívida pública externa (% PIB)	28,2	28,2	29,6	-

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economias e Finanças (Guiné-Bissau) e Fundo Monetário Internacional.

Moçambique

O crescimento em Moçambique manteve-se acima de 7 por cento em 2014, impulsionado sobretudo pela atividade das indústrias extrativas, da agricultura e do comércio, contando com a contribuição dos grandes projetos. O défice da balança corrente manteve-se elevado, face às avultadas importações de bens e serviços, ainda que a um nível inferior ao do ano anterior. O IDE (ainda que em queda) e o endividamento externo do Estado e do setor privado compensaram parcialmente as necessidades correntes de fundos externos. As intervenções do Banco de Moçambique para sustentar o metical dificultaram a acumulação de reservas oficiais. Em contexto de inflação controlada, a política monetária manteve-se acomodatória, permitindo a expansão do crédito à economia e ao Estado, o qual esteve sujeito a pressões sobre a despesa.

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	7,2	7,1	7,2	7,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	2,2	3,0	1,1	5,5
Massa monetária (t.v.a.)	29,4	16,3	22,2	17,1
Balança corrente (% PIB)	-41,0	-38,8	-33,2	-39,0
Reservas oficiais (meses de imp.)	2,7	3,3	3,1	2,7
Saldo orçamental (% PIB)	-3,8	-4,6	-7,8	-5,5
Dívida pública (% PIB)	36,7	42,1	46,8	-

Fontes: Banco de Moçambique, Direção Nacional do Orçamento (Moçambique), INE (Moçambique) e Fundo Monetário Internacional.

S. Tomé e Príncipe Timor-Leste

O desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe continua a ser fortemente condicionado pela reduzida dimensão da economia, pelos custos decorrentes da insularidade e pela escassez de recursos, nomeadamente financeiros. Em 2014 o crescimento económico foi ligeiramente superior ao ano precedente, graças a um melhor desempenho das exportações de bens (cacaú) e de serviços (turismo). Espera-se que a maior estabilidade política (resultante das eleições de outubro de 2014) permita consolidar uma dinâmica de crescimento que contribua para a melhoria do nível de bem-estar social e económico.

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,5	4,0	4,5	5,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	10,4	7,1	6,4	5,2
Massa monetária (t.v.a.)	20,0	14,3	16,5	15,0
Bal. corrente e de capital (% PIB)	-23,4	-17,9	-23,0	-15,0
Saldo orçamental (% PIB)	-10,9	-2,0	-6,4	-8,9
Saldo primário interno (% PIB)	-3,3	-2,7	-3,6	-2,7
Dívida pública externa (% PIB)	83,3	75,4	72,3	-

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Admin. Pública (STP) e Fundo Monetário Internacional.

A economia timorense (setor não-petrolífero) recuperou em 2014 algum do dinamismo que havia perdido em 2013; já a exploração de bens energéticos manteve a trajetória descendente iniciada em 2012, resultante da redução dos volumes de produção, a que mais recentemente se veio adicionar a marcada quebra do preço dos bens petrolíferos. Apesar disso, o valor do Fundo do Petróleo tem continuado a crescer mas num contexto de clara desaceleração, limitando a sua capacidade como a fonte de financiamento do elevado nível de despesas públicas, as quais têm sustentado o consumo (e as consequentes importações).

	2012	2013	2014	2015
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real não-petrolífero (t.v. anual)	7,8	5,4	6,6	6,8
PIB real (t.v. anual)	-10,4	-10,7	-2,8	-12,3
Inflação (t.v.a. homóloga)	11,7	4,0	-0,1	-
Massa monetária (t.v.a.)	26,4	23,1	20,2	-
Balança corrente (% PIB não petrol.)	210	172	73	-
Saldo orçamental (% PIB não petrol.)	228	141	67	55
Fundo do petróleo (% PIB não petrol.)	927	1074	1104	1113

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

Ações de cooperação desenvolvidas pelo Banco de Portugal

Cooperação em 2015

Durante os primeiros nove meses de 2015 realizaram-se 76 ações de cooperação envolvendo entidades dos Países de Língua Portuguesa (PLP) (51 ações) e dos Outros Países Emergentes e em Desenvolvimento (OPED) (25 ações). Este total de ações realizadas até ao terceiro trimestre corresponde a 68 % do total previsto no Plano de Cooperação

do Banco de Portugal para 2015, que era de 112 ações.

Embora as ações dirigidas aos PLP sejam naturalmente predominantes, vem assumindo cada vez maior destaque a cooperação com os OPED, não só no contexto de iniciativas multilaterais envolvendo o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e a União Europeia, mas também no âmbito do Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA). Esta tendência reflete aliás uma continuidade

na afirmação do Banco de Portugal enquanto parceiro de referência na cooperação entre bancos centrais, patente no aumento significativo das solicitações de outras entidades que não os seus interlocutores mais tradicionais. Até setembro do corrente ano, o número de ações desenvolvidas com os OPED (25) atinge praticamente o dobro do total previsto no Plano de Cooperação para 2015 (13 ações).

O número de ações realizadas até setembro ficou aquém do verificado

Gráfico 1 •
Execução por Banco Central / Instituição

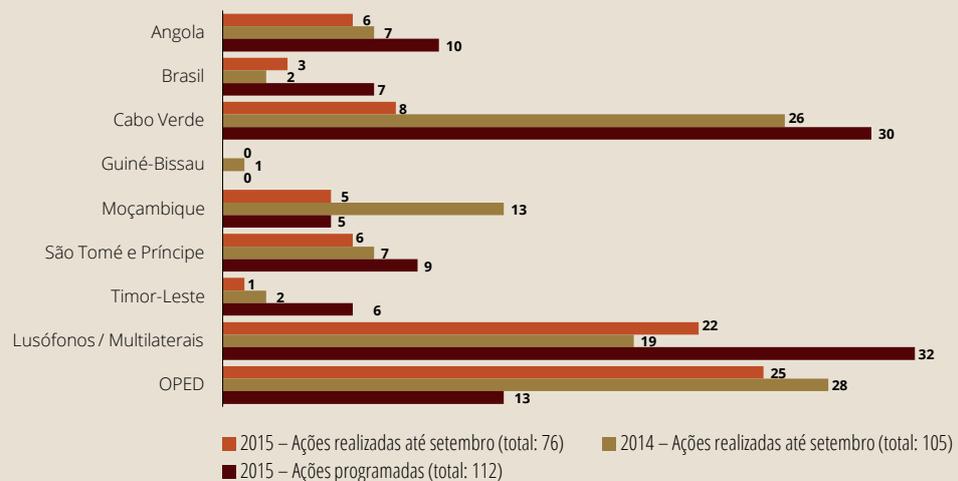
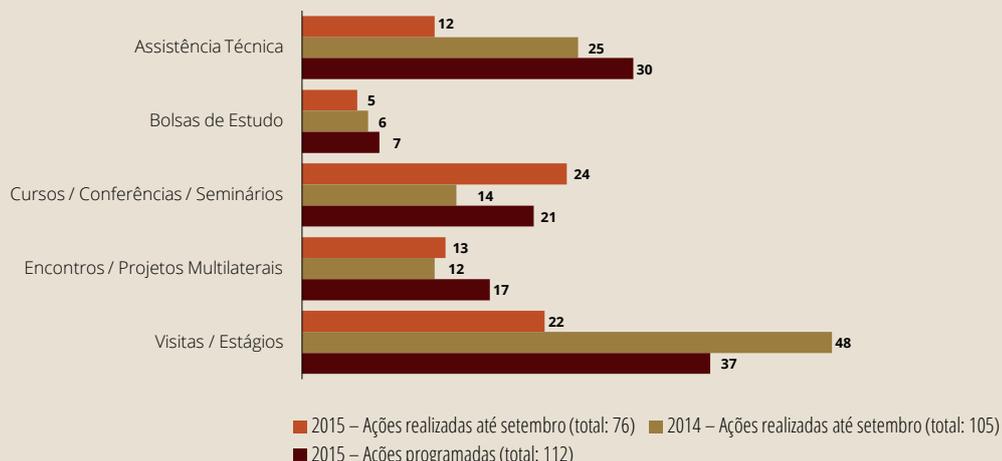


Gráfico 2 •
Execução por tipo de ação



no mesmo período de 2014 (menos 29), com destaque para as visitas / estágios e ações de assistência técnica junto dos bancos centrais lusófonos.

Por forma a conseguir o aproveitamento de sinergias, o Banco de Portugal organiza todos os anos cursos e seminários dirigidos aos bancos centrais e instituições do espaço lusófono, versando sobre temáticas pertinentes para a atividade de banco central e que vão ao encontro dos interesses manifestados por estas entidades.

Durante o presente ano foi ainda dada continuidade a dois projetos envolvendo os PLP, um sobre Sistemas de Pagamentos e o outro na área da Supervisão Bancária e Estabilidade Financeira.

Em 2015, e para assinalar o 25.º Aniversário da Atividade de Cooperação do Banco de Portugal, foram realizadas várias iniciativas, das quais se destaca a Conferência Internacional sobre “Políticas de Investimento e Financiamento – Sustentabilidade da dívida e limites de endividamento” (que teve lugar no dia

a seguir ao XXV Encontro de Lisboa), a publicação do livro *25 Anos de Cooperação entre Bancos Centrais* e ainda o desenvolvimento do projeto de compilação das *Séries Longas Macroeconómica dos Países de Língua Portuguesa*, que culminou com a respetiva publicação, em junho (os conteúdos da Conferência, o livro e as Séries Longas estão disponíveis em www.bportugal.pt e em www.bcplp.org).

Ações de Cooperação em 2015 (executadas até ao final do mês de setembro)

País	Tipo de ação	N.º ações	Áreas de intervenção das ações
Angola	Visitas de trabalho / estágios	6	Estatística. Emissão e Tesouraria. Sistemas de Pagamentos. Gestão de Reservas. Supervisão Bancária.
Brasil	Visitas de trabalho / estágios	3	Cooperação e Relações Internacionais. Supervisão Bancária.
Cabo Verde	Assistência técnica	4	Acordos de Cooperação / Acompanhamento Macroeconómico. Auditoria. Gestão do <i>Trust Fund</i> .
	Bolsas de estudos	2	Bolsa de estudos.
	Encontros	1	Cooperação e Relações Internacionais.
	Visitas de trabalho / estágios	1	Sistemas de Pagamentos.
Moçambique	Bolsas de estudos	2	Bolsa de estudos.
	Encontros	1	Cooperação e Relações Internacionais.
	Visitas de trabalho / estágios	2	Gestão de Reservas. Sistemas de Pagamentos.
São Tomé e Príncipe	Assistência técnica	2	Acordos de Cooperação / Acompanhamento Macroeconómico.
	Bolsas de estudos	1	Bolsa de estudos.
	Cursos / seminários	1	Estatística.
	Visitas de trabalho / estágios	2	Emissão e Tesouraria. Sistemas de Pagamentos.
Timor-Leste	Visitas de trabalho / estágios	1	Fundos de Pensões.
Multilaterais / Lusófonos	Conferências	2	Auditoria. Estudos Económicos.
	Cursos / seminários	10	Contabilidade. Estudos Económicos. Emissão e Tesouraria. Gestão de Reservas. Gestão de Risco. Política Monetária. Sistemas de Pagamentos. Supervisão Bancária.
	Encontros / projetos	10	Assuntos Jurídicos. Contabilidade. Cooperação e Relações Internacionais. Estatística. Gestão do Risco. Sistemas de Pagamentos. Sistemas e Tecnologias de Informação. Supervisão Bancária.
Outros Países Emergentes e em Desenvolvimento	Assistência técnica	6	Cooperação e Relações Internacionais. Gestão do Risco. Sistemas de Pagamentos.
	Cursos / seminários	11	Auditoria. Cooperação e Relações Internacionais. Estatística. Sistemas de Pagamentos. Serviços de Apoio.
	Encontros	1	Relações Internacionais.
	Visitas de trabalho / estágios	7	Estatística. Estudos Económicos.
Total		76	

Artigo

A cooperação técnica do Banco de Portugal*

Maria João Azevedo | Banco de Portugal – Departamento de Relações Internacionais

No ano em que o Banco de Portugal comemora 25 anos de cooperação técnica estruturada entre Bancos Centrais, é hora de balanço e, sobretudo, de novas

questões: como se vê o futuro da cooperação do Banco? quais os novos canais? o que se pode melhorar? Apresenta-se uma definição de cooperação técnica,

caracteriza-se o modelo e, tendo como pano de fundo as questões apresentadas, procura-se dar um contributo para possíveis respostas.

Introdução

A partilha de experiências entre bancos centrais é uma prática antiga. Desde a criação do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), em 1930, que se desenhou uma rede internacional de contactos entre os principais bancos centrais. Compreendendo várias vertentes, desde formas mais abrangentes de cooperação, como acordos cambiais ou facilidades financeiras, ou mesmo a adoção de *standards* e práticas comuns, até à denominada cooperação técnica, os bancos centrais estarão entre as instituições que mais intensamente lançaram projetos internacionais comuns, particularmente nas últimas décadas, ricas na evolução rápida de tecnologias e técnicas, com grande impacto nas suas áreas e sistemas operativos.

Centrando-nos na cooperação técnica com os bancos centrais dos países emergentes e em desenvolvimento, adotou-se a definição utilizada por Francesco Mazzaferro – a atividade ou ações que proporcionam troca de experiências, transferência de conhecimento, partilha

de boas práticas, que contribuem para a formação das capacidades humanas ou simplesmente que disponibilizam recursos humanos entre instituições¹. Mas, e citando igualmente Mazzaferro no mesmo artigo, “se a essência da cooperação técnica entre os bancos centrais é a transferência de conhecimentos, o seu último propósito ultrapassa esse objetivo. Ao disponibilizarem conhecimento entre os seus pares, os bancos centrais não só contribuem para alcançar níveis elevados de profissionalismo, independência e transparência, mas também concorrem para a promoção global da estabilidade monetária e financeira”².

O Banco de Portugal desenvolve cooperação técnica com os bancos centrais dos países emergentes e em desenvolvimento, desde há longa data, mas de uma forma mais estruturada e coordenada desde há 25 anos. Na prática, tal traduz-se atualmente na realização de um vasto e diversificado conjunto de atividades, abrangendo a generalidade dos Departamentos do Banco: por ano,

são cerca de 110 ações de cooperação, aproximadamente metade das quais em Portugal, envolvendo cerca de 300 técnicos do Banco e mais de 500 técnicos de outros bancos centrais, dos quais cerca de 200 nossos convidados em Portugal. No contexto das referidas relações de cooperação, o Banco mantém contacto com mais de 60 bancos centrais do mundo inteiro.

Na atual conjuntura, face à evolução dos nossos parceiros e das novas tecnologias e à crescente restrição de recursos, aproveitando-se a experiência de 25 anos³, procura-se identificar *benchmarks* e boas práticas, por forma a tornar a atividade de cooperação mais eficiente.

Procuraremos caracterizar o modelo de cooperação técnica do Banco de Portugal, identificando uma série de parâmetros, e compará-los, sempre que possível, com os do Eurosistema.

* As opiniões expressas neste artigo são da exclusiva responsabilidade da autora, não coincidindo necessariamente com as posições do Banco de Portugal ou do Eurosistema. Eventuais erros e omissões são da exclusiva responsabilidade da autora.

A autora agradece a colaboração prestada por Joel Alves, economista do Departamento de Relações Internacionais.

Caracterização do Modelo de Cooperação

Neste texto identificam-se e analisam-se as características (parâmetros) mais marcantes do modelo de cooperação do Banco de Portugal, quer do lado da procura, quer do lado da oferta.

Do lado da procura, o foco incide sobre (a) a geografia dos países beneficiários ou contrapartes, (b) as principais áreas de intervenção, (c) a tipologia das ações e (d) o enquadramento bilateral versus multilateral (regional);

Do lado da oferta: (a) a *governance* e *accountability*, (b) a comunicação / informação (c) uso de instrumentos de informação e comunicação SI/TI e (d) o enquadramento bilateral ou multilateral (coparticipação de outra(s) instituição(ões)).

O horizonte temporal considerado é de 2005 (primeiro ano em que estão disponíveis dados do Eurosistema) a 2014⁴ e a unidade de referência, quando se apresentam dados quantificados, é o número de dias úteis utilizados⁵. Devido à grande diversidade estrutural

e organizacional entre os BCN do Eurosistema, a robustez estatística do presente exercício é limitada.

Lado da procura:

a) o enfoque geográfico

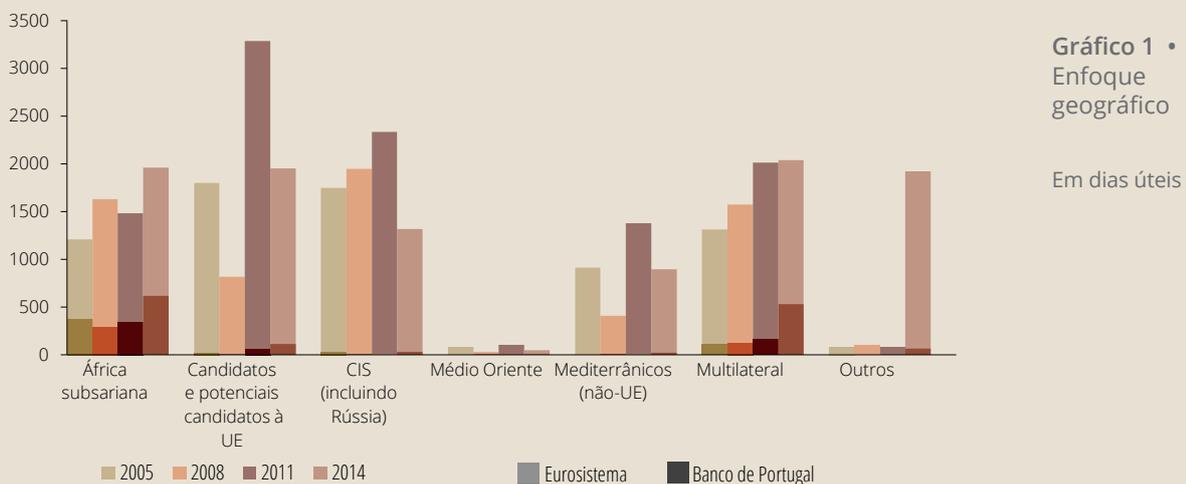
Baseada em parcerias com raízes antigas – históricas e culturais – a cooperação com os bancos centrais dos países de língua portuguesa, maioritariamente situados na África Subsariana, constitui uma prioridade assumida pelo Banco de Portugal. No entanto, sendo uma atividade *demand driven*, o Banco recebe solicitações de bancos centrais das várias regiões do mundo, tendo o seu volume sido particularmente relevante durante as diversas etapas do alargamento da União Europeia.

A predominância geográfica da cooperação do Banco de Portugal não é comum ao Eurosistema, apesar de África estar a

ganhar peso neste grupo. Os candidatos e potenciais candidatos à UE apresentam, globalmente, o maior volume de ações do Eurosistema, mas verifica-se uma quebra acentuada deste grupo em 2014, trazendo o nível para valores próximos dos relativos à África Subsariana. O grande aumento, em 2014, registado no gráfico, relativo ao Eurosistema e “outros”, deve-se à inclusão no exercício, nesse ano, dos dados referentes à América Latina e Ásia.

b) as principais áreas de intervenção

A atividade de cooperação abrange todas as áreas da atividade de um banco central, sendo no entanto as funções chave (*core central banking functions*) as mais procuradas. A fim de permitir a comparação, são consideradas no presente exercício as áreas utilizadas em publicações semelhantes realizadas no âmbito do Eurosistema (e de outros fornecedores de cooperação): estatística, *governance*, operações de banco



central, política monetária, supervisão e estabilidade financeira, tecnologias e serviços de apoio e outros (questões transversais – basicamente ações em que vários tópicos são abordados)⁶.

A supervisão e a estabilidade financeira representam, praticamente ao longo de todo o horizonte temporal considerado, mas mais marcadamente a partir de 2011, a área dominante da atividade de cooperação do Eurosistema. No caso do Banco de Portugal, verifica-se uma distribuição mais uniforme, sendo, no entanto, mais significativas a política monetária⁷ e as operações de banco central. De notar, também, o aumento significativo, em 2014, das ações relacionadas com *governance* e estatísticas.

c) a tipologia das ações

A cooperação técnica engloba uma larga variedade de atividades, desde a assistência técnica a seminários e cursos. Adotou-se também a classificação utilizada pelo Eurosistema⁸, compreendendo as seguintes tipologias: assistência técnica, consultores residentes, cursos / seminários e visitas / estágios / consultas e outros.

Também na tipologia das ações, não se encontra um padrão idêntico no Eurosistema e Banco de Portugal. Se, no primeiro caso, os cursos e seminários são preponderantes, no caso do Banco de Portugal, predominam as visitas / estágios / consultas. Por outro

lado, a assistência técnica, por ventura a modalidade com mais impacto direto em termos de *institution building*, constitui uma vertente com maior peso relativo, no caso de Banco.

d) o enquadramento bilateral *versus* multilateral (regional)

Aproveitando sinergias entre os diversos bancos centrais proponentes das ações, a procura destas é muita vez orientada para atividades multilaterais ou regionais (beneficiando mais de um banco central), permitindo não só uma mais eficiente afetação dos recursos, mas também proporcionando a troca de experiências entre os participantes.

Gráfico 2 •
Áreas de intervenção
Em dias úteis

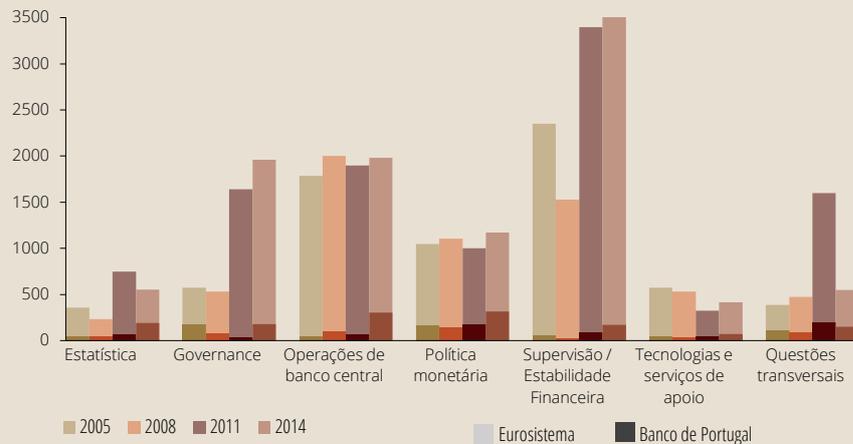
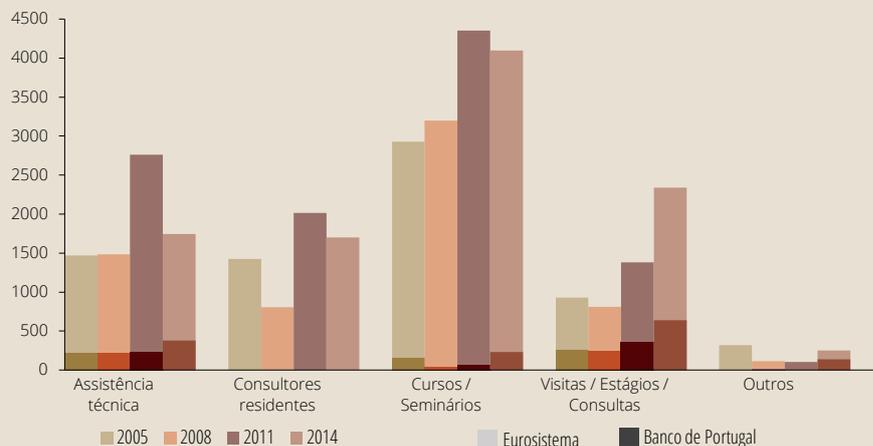


Gráfico 3 •
Tipologia das ações
Em dias úteis



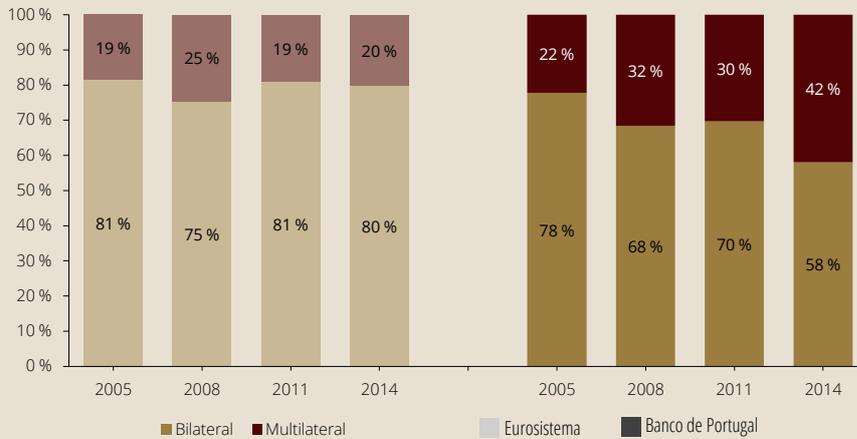


Gráfico 4 •
Enquadramento
bilateral vs.
multilateral
(regional)

Dias úteis,
em percentagem
do total

Neste âmbito, o diálogo institucional sectorial tem-se revelado, sobretudo no universo dos bancos centrais lusófonos, uma componente muito útil e dinâmica, servindo muitas vezes de catalisador e facilitador de ações bilaterais consequentes.

No Eurosistema, a proporção das ações multilaterais ou regionais manteve-se estabilizada ao longo do horizonte temporal analisado. No Banco de Portugal, estas têm vindo a ganhar peso, atingindo em 2014, 42 por cento do total dos recursos envolvidos em ações de cooperação.

Lado da oferta:

a) a *governance* e *accountability*

O relatório anual da atividade de cooperação e a planificação das atividades futuras são analisados e aprovados pelo Conselho de Administração, depois de um alargado debate interno, promovido pelo Departamento de Relações Internacionais, envolvendo a generalidade dos Departamentos do Banco. O documento (*Plano de Cooperação*)

é divulgado e discutido entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e noticiado no site institucional do Banco de Portugal (www.bportugal.pt) e no site dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (www.bcplp.org), neste caso, com a divulgação do Programa de Encontros e Seminários Internacionais.

Os valores envolvidos na atividade de cooperação são reportados pelo Banco no âmbito do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) / Eurosistema e ainda ao Ministério de Negócios Estrangeiros, para efeitos do cálculo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa⁹ (posteriormente divulgados publicamente).

O Banco de Portugal encontra-se entre os 35 por cento dos Bancos Centrais do Eurosistema que disponibilizam regularmente informação quantitativa sobre a atividade de cooperação, em plataformas específicas para o efeito.

b) a comunicação / informação

Vertente em crescendo, a comunicação externa e interna da atividade de cooperação, através de publicações específicas, tem sofrido um profundo

alargamento nos últimos anos. Em termos externos, uma evolução que tem acompanhado a tendência global de divulgação e informação pública (*accountability*) dos recursos utilizados¹⁰.

A par das publicações referidas sobre a cooperação, a atividade desenvolvida pelo Banco de Portugal incorpora ainda uma importante faceta adicional de divulgação pública de um vasto leque de informações sobre matérias relacionadas com as economias emergentes e em desenvolvimento. Inserem-se nesta vertente a edição anual da *Evolução das Economias dos PALOP* e de Timor-Leste, que inclui uma análise de conjuntura macroeconómica de cada um dos países em causa (disponível em português e em inglês), e o *#Lusofonia* (edições anuais, em inglês e em português), com indicadores socioeconómicos deste grupo de países e do conjunto por eles formado, a nível mundial.

O Banco de Portugal situa-se entre os 20 por cento dos Bancos Centrais do Eurosistema que elabora, regularmente, publicações específicas sobre a atividade de cooperação.

c) uso de instrumentos de informação e comunicação SI/TI

As novas tecnologias e sistemas de informação são um instrumento cada vez mais comum na gestão da atividade das instituições. No caso da atividade de cooperação do Banco de Portugal, a sua utilização é ainda limitada. Ainda que a programação e a execução dos programas / projetos sejam realizados em suporte informático, a inscrição nas atividades não é ainda feita *online*. De igual forma, o uso de vídeo / teleconferências é limitado, tal como as iniciativas de formação remota (como, por exemplo, *webinars*, *courses online* / *self-education*).

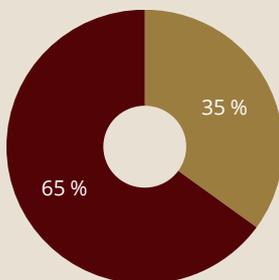
Apesar de algumas das soluções tecnológicas referidas não estarem disponíveis, com a acessibilidade necessária, em algumas instituições contrapartes, impedindo a sua utilização sistemática, é igualmente verdade que do lado da oferta se poderia fazer um maior esforço para a sua implementação.

O Banco de Portugal situa-se no conjunto de 85 por cento dos Bancos Centrais do Eurosistema que não utilizam extensivamente instrumentos de SI/TI. O Banco procurará adotar algumas dessas facilidades no futuro, ao mesmo tempo que tem vindo a autonomizar e melhorar a área dedicada à cooperação no seu *site* institucional.

d) o enquadramento bilateral *versus* multilateral

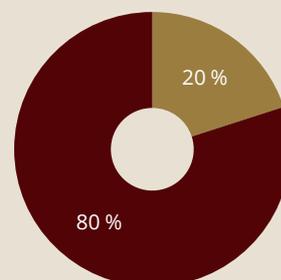
A experiência do Banco de Portugal de participação em atividades de cooperação num enquadramento multilateral (quando há mais de um fornecedor ou financiador da atividade) tem-se revelado bastante positiva. Por permitir (i) a participação em projetos, que pela sua escala e dimensão, o Banco dificilmente poderia oferecer sem parceria, (ii) a partilha de experiências entre as melhores práticas no universo dos bancos centrais e (iii) a aferição da qualidade das prestações, com base em parâmetros transversais e iguais para todos os intervenientes, num universo

Gráfico 5 • Disponibilização de informação quantitativa pelo eurosistema



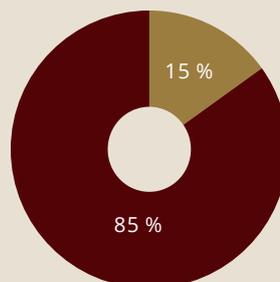
■ Percentagem dos Bancos Centrais que disponibilizam informação quantitativa sobre cooperação
■ Percentagem dos Bancos Centrais que não disponibilizam informação quantitativa sobre cooperação

Gráfico 6 • Disponibilização de publicações regulares pelo eurosistema



■ Percentagem dos Bancos Centrais que disponibilizam publicações regulares sobre cooperação
■ Percentagem dos Bancos Centrais que não disponibilizam publicações regulares sobre cooperação

Gráfico 7 • Uso extensivo de instrumentos de SI/TI pelo eurosistema



■ Percentagem de Bancos Centrais que utilizam extensivamente instrumentos de SI/TI
■ Percentagem de Bancos Centrais que não utilizam extensivamente instrumentos de SI/TI

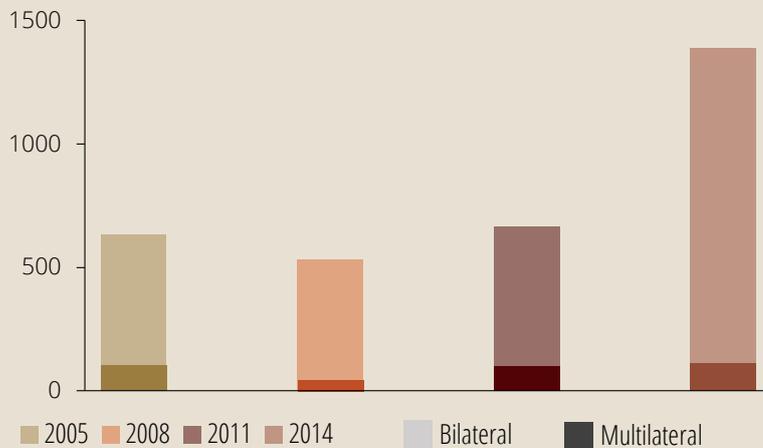


Gráfico 8 •
Banco de Portugal,
Enquadramento
bilateral vs.
multilateral
(coparticipação de
outras instituições)

Em dias úteis

internacional de excelência (SEBC, FMI, BIS, etc...), o modelo adotado pelo Banco privilegia, sempre que possível, estas participações. Por outro lado, e no que se refere aos projetos no âmbito do SEBC, a flexibilidade adotada em termos dos diferentes modelos de gestão implementados, quer do lado dos fornecedores, quer do lado dos beneficiários, tem permitido adaptar / integrar o montante de recursos disponíveis em

cada BCN às necessidades da procura, satisfazendo abordagens muito díspares, desde as dos maiores às dos menores bancos do SEBC.

A informação quantificada sobre esta repartição não está disponível no Eurosistema, para o horizonte temporal considerado.

Os dados referentes ao Banco de Portugal mostram que a participação

em ações de cooperação coparticipadas ou cofinanciadas por outra instituição (maioritariamente o FMI e a União Europeia) tem-se mantido sensivelmente ao mesmo nível, em termos absolutos, ao longo do horizonte considerado. O aumento registado na atividade em 2014, significa portanto uma quebra, em termos do peso relativo, das atividades multilaterais.

Conclusão

O exercício de *benchmarking* apresentado permite identificar, por um lado, as singularidades da atividade de cooperação do Banco de Portugal, ao analisar os indicadores da procura e, por outro lado, os fatores de eficácia ou *performance*, ao comparar os instrumentos utilizados na oferta.

Características singulares determinam que a cooperação encontre uma procura própria, à qual o Banco de Portugal responde com flexibilidade, utilizando instrumentos e soluções que se adaptam e acompanham a evolução das instituições e dos procedimentos.

Apesar do impacto global da atividade de cooperação ser sempre difícil de medir, haverá certamente margem para introdução de melhorias, que o Banco tratará de explorar. Sem pretender fazer um exercício exaustivo, algumas vias possíveis, seriam, por exemplo, ao nível das ações de formação, a clarificação das suas sequências, o incentivo à partilha de experiência, através de seminários departamentais nos Bancos de origem após a realização dos cursos / seminários, a melhoria da integração entre as ações de formação e de assistência técnica, ou ainda a priorização dos *best performers*.

Do lado da oferta, serão ainda de explorar novos canais, quer alargando parcerias com outros fornecedores / institutos, quer a nível das novas tecnologias de informação, utilizando, sempre que possível, novas facilidades e instrumentos tecnológicos nas atividades de cooperação. Deverá prosseguir, igualmente, o esforço já iniciado de autonomizar e melhorar as matérias relacionadas com a cooperação no site institucional.

Anexo

Áreas de intervenção (clarificação quando necessária):

Estatística;

Governance – inclui questões jurídicas, recursos humanos, contabilidade, auditoria interna e comunicação;

Operações de banco central – inclui a implementação da política monetária e da política cambial, gestão do risco, emissão e tesouraria e sistemas de pagamentos;

Política monetária – inclui a análise económica e a política cambial;

Supervisão e Estabilidade Financeira – inclui o combate ao branqueamento de capitais;

Tecnologias e serviços de apoio – inclui SI/TI, segurança e gestão do património;

Questões transversais – quando vários tópicos são abordados, não sendo possível uma separação pelas diversas áreas.

Tipologia das Ações

Assistência Técnica – transferência de conhecimentos e aconselhamento, ao nível de especialistas, com o objetivo de alargar ou modificar instrumentos e / ou procedimentos. O resultado produzirá uma alteração na forma como a tarefa será desempenhada (*institution building*).

Consultores Residentes – especialistas destacados, por um período longo. O aconselhamento poderá ser numa área específica ou em várias.

Cursos / Seminários – palestras, seminários, *workshops* ou cursos, em áreas específicas da atividade de banco central. O resultado produzirá uma alteração na capacidade dos formandos no desempenho das suas tarefas (*capacity building*).

Visitas / Estágios / Consultas – estágios, habitualmente realizados por técnicos das instituições beneficiárias nos BCN do Eurosistema, constituindo essencialmente um diálogo entre especialistas e / ou encontros de alto nível, com o objetivo de estabelecer contactos, troca de experiências e fomentar possíveis ações de cooperação futuras.

Outros – categoria residual, não abrangida por nenhuma classificação acima referida. No caso do Banco de Portugal, engloba essencialmente os projetos multilaterais, a desenvolver por via remota, recorrendo a parcerias entre vários bancos.

Notas:

1. Francesco Mazzaferro em *The Eurosystem as a Provider of Technical Assistance to EU Neighbouring Regions*, *ECB Monthly Bulletin*, July 2008: “technical cooperation or technical assistance comprises those supportive actions through which central banks transfer their expertise, share best practices, contribute to capacity building or make human capital available to each other”.
2. Tradução da autora.
3. Vd, entre outros, *25 Anos de Cooperação entre Bancos Centrais*, junho de 2015, <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/Intervencoes/Banco/Cooperacao/Biblioteca%20de%20Tumbnails/25%20anos%20de%20cooperacao%20entre%20Bancos%20Centrais.pdf>
4. De 2008 em diante só estão disponíveis dados de 3 em 3 anos, pelo que a série utilizada tem essa cadência, desde o ano inicial (2005). Importa, contudo, referir que não há uniformização de critérios ao longo do horizonte temporal, quer no universo dos doadores considerados (a dimensão do Eurosistema sofreu alterações), quer no universo dos destinatários. Entre 2005 e 2011, a América Latina e a Ásia não foram consideradas (só os chamados *EU Neighbouring countries*). Em 2014 considerou-se o resto do mundo.
5. Só estão considerados os dias úteis utilizados nas ações de cooperação. Os recursos humanos afetos às estruturas de coordenação / gestão da atividade, incluindo os dos centros de formação, nos casos em que existem, não estão incluídos nos valores apresentados. Os valores para o ano n correspondem ao período de outubro do ano n-1 a setembro do ano n.
6. Ver clarificações metodológicas em Anexo.
7. A participação do Banco de Portugal no Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e no Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe integram, na classificação adotada, a área da política monetária.
8. Ver clarificações metodológicas em Anexo. O Banco de Portugal, no âmbito da sua atividade de cooperação, concede bolsas de estudo a quadros dos bancos centrais dos países de língua portuguesa. Por não haver informação sobre esta modalidade de cooperação para todos os BCN do Eurosistema, as bolsas de estudo não foram consideradas, para efeitos deste exercício.
9. Portugal, enquanto membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, reporta, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (MNE), os valores da APD.
10. Para além da divulgação das atividades nos sites já referidos, são publicados os *Cadernos de Cooperação*, de periodicidade semestral, com informação das relações de cooperação, da evolução macroeconómica dos países lusófonos e com artigos sobre a agenda internacional mais relevante no quadro do desenvolvimento. A nível interno, o *Boletim Trimestral da Atividade de Cooperação* apresenta as ações de cooperação efetuadas em cada período de referência.